




O “Pintar e Cantar dos Reis” — uma manifestação de cultura, saberes e tradições populares em Alenquer
The “Pintar e Cantar dos Reis” — a manifestation of culture, knowledge and popular traditions in Alenquer

[10.29073/naus.v9i1.1167](https://doi.org/10.29073/naus.v9i1.1167)

Recebido: 27 de abril de 2026.

Aprovado: 26 de maio de 2026.

Publicado: XX de mês de 20XX.

Autor/a 1: José Vicente , Universidade Lusófona, Portugal, p3807@ulusofona.pt.

Autor/a 2: Tiago Ferreira, Universidade Aberta, Portugal, tiago.peixinho.ferreira@outlook.pt.

Resumo

O presente artigo analisa o Pintar e Cantar dos Reis no concelho de Alenquer como manifestação de património cultural imaterial, entendida simultaneamente como prática ritual, linguagem visual, performance vocal, tecnologia comunitária de memória e recurso territorial para o desenvolvimento socioeconómico. A análise parte de uma revisão crítica da literatura e de documentação pública, com destaque para a inscrição da manifestação no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, para a monografia de Sousa e Silva (2016), para instrumentos normativos da UNESCO e para estudos recentes sobre património vivo, turismo cultural, digitalização, coesão social e desenvolvimento local. O texto sustenta que o valor do Pintar e Cantar dos Reis reside menos na sua eventual espetacularização e mais na continuidade de uma gramática comunitária que se ativa anualmente, na noite de 5 para 6 de janeiro, envolvendo reiseiros, pintores, apontadores, famílias, fachadas, ruas, memórias, silêncios e sociabilidades. A prática, com maior expressão documentada em Alenquer, articula canto, pintura, bênção, segredo, visita ritual, dádiva, peditório e reconhecimento simbólico da casa, revelando a complexidade das culturas populares enquanto sistemas densos de conhecimento. Argumenta-se que a valorização patrimonial pode favorecer a economia local, a educação patrimonial, a atratividade turística e a afirmação identitária do território, desde que seja conduzida por modelos participativos, respeitadores dos praticantes e atentos ao risco de mercantilização. O artigo conclui que o futuro desta manifestação depende da capacidade de articular salvaguarda, transmissão intergeracional, investigação continuada, interpretação pública e desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-Chave: Alenquer; Cultura Popular; Desenvolvimento Local; Património Cultural Imaterial; Pintar e Cantar dos Reis.

Abstract

This article examines Pintar e Cantar dos Reis in the municipality of Alenquer, Portugal, as an expression of intangible cultural heritage and as a community-based practice that combines ritual, visual inscription, vocal performance, intergenerational knowledge and territorial development. Based on a qualitative documentary and critical review, the study discusses the Portuguese national inventory record, the ethnographic work by Sousa and Silva (2016), UNESCO normative frameworks and recent literature on living heritage, cultural tourism, digital communication, social cohesion and local development. The article argues that the value of this practice lies not in its conversion into a spectacle, but in its capacity to annually reactivate a local grammar of belonging during Twelfth Night, through the participation of singers, painters, families, façades, streets and shared memories. The practice links singing, painting, blessing, secrecy, gift exchange and the symbolic recognition of households, demonstrating the complexity of popular traditions as living knowledge systems. Heritage recognition may support local economies, cultural education, tourism attractiveness and place-based identity if it remains participatory, community-centred and alert to the risks of commodification. The article concludes that



the future of Pintar e Cantar dos Reis depends on combining safeguarding, intergenerational transmission, continuous research, public interpretation and sustainable regional development.

Keywords: Alenquer; Popular Culture; Intangible Cultural Heritage; Local Development; Pintar e Cantar dos Reis.

1. Introdução

O Pintar e Cantar dos Reis, tal como é praticado no concelho de Alenquer, constitui uma das expressões mais singulares do ciclo festivo dos Reis em Portugal. A sua singularidade não deriva apenas do ato de cantar, que encontra paralelos em várias regiões portuguesas e europeias, mas da articulação entre canto, pintura, deslocação noturna, bênção simbólica da casa, sociabilidade vicinal e transmissão oral de repertórios melódicos e narrativos. A ficha do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial identifica a manifestação como pertencente ao domínio das “expressões artísticas e manifestações de carácter performativo” e à categoria das “festividades cíclicas”, registando-a sob a denominação Pintar e Cantar dos Reis e assinalando como comunidades de referência Catém, Casal Monteiro, Mata, Penafirme da Mata, Olhalvo, Paúla, Cabanas de Torres, Ota e Abrigada (Património Cultural, s.d.). A inscrição no Inventário Nacional foi tornada pública pelo Anúncio n.º 158/2021, de 16 de Julho, que a justificou pela importância identitária da prática e pelo seu modo de transmissão intergeracional, com recurso privilegiado à oralidade, à observação e à participação direta (Direção-Geral do Património Cultural, 2021).

A importância desta manifestação para uma conferência internacional sobre valorização e preservação do património imaterial reside em três planos complementares. Em primeiro lugar, o Pintar e Cantar dos Reis demonstra que a cultura popular não é um conjunto residual de costumes arcaicos, mas um sistema vivo de produção de sentido. Em segundo lugar, evidencia que o património imaterial depende de relações sociais concretas: não existe sem corpos que caminham, vozes que recordam, paredes que recebem sinais, famílias que reconhecem os símbolos, jovens que aprendem e anciãos que legitimam. Em terceiro lugar, coloca questões decisivas ao desenvolvimento regional contemporâneo: como transformar a valorização cultural em benefício coletivo sem capturar a prática pelo espetáculo, pelo consumo turístico ou pela lógica da marca territorial?

A UNESCO define o património cultural imaterial como práticas, conhecimentos e expressões reconhecidos pelas comunidades como parte da sua identidade, transmitidos entre gerações e recriados em função do ambiente, da história e das interações sociais (UNESCO, 2003, 2025a). Esta definição é particularmente adequada ao caso de Alenquer, porque o ritual não se limita a conservar um passado; ele renova anualmente uma forma de pertença. As comunidades não repetem mecanicamente uma cena congelada: ajustam horários, grupos, percursos, modos de acolhimento, relações de género, formas de comunicação e graus de abertura ao visitante. A prática mantém-se reconhecível, mas não é imóvel. É precisamente nessa tensão entre permanência e recriação que se encontra a vitalidade do património vivo.

A literatura recente tem insistido que o património cultural imaterial deve ser lido como recurso de coesão, educação, criatividade e desenvolvimento sustentável, e não apenas como objeto de proteção formal. Csesznek, Răţulea, Defta, Harabagiu e Sorea (2024) mostram que a digitalização e a comunicação pública do património imaterial podem fortalecer a identidade comunitária e apoiar estratégias de desenvolvimento local, desde que não substituam a participação das comunidades. A OCDE e o ICOM (2023) defendem que cultura, museus e comunidades podem construir agendas comuns de desenvolvimento local, articulando economia, regeneração comunitária, inclusão e bem-estar. O Parlamento Europeu, numa síntese sobre cultura e desenvolvimento regional, sublinha a contribuição da cultura para a regeneração urbana, o turismo, o crescimento e a formação de ecossistemas criativos (European Parliamentary Research Service, 2022). Estes contributos permitem compreender o Pintar e Cantar dos Reis não como folclore decorativo, mas como ativo cultural cuja gestão exige prudência, ética e visão territorial.

A atualidade do tema é reforçada por dois factos documentados. Primeiro, a prática foi reconhecida a nível nacional em 2021, consolidando o seu estatuto no quadro português de inventariação do património cultural



imaterial (Direção-Geral do Património Cultural, 2021). Segundo, a candidatura à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade foi preparada pelo Município de Alenquer com assessoria especializada e submetida em março de 2025 (RHE Initiative, 2025). Estes elementos exigem uma leitura simultaneamente otimista e crítica: otimista porque revelam reconhecimento institucional e mobilização local; crítica porque qualquer processo de patrimonialização cria riscos de simplificação, turistificação e apropriação simbólica (Carvalho, 2022; UNESCO, 2024a).

O objetivo geral deste artigo é analisar o Pintar e Cantar dos Reis como manifestação de cultura, saberes e tradições populares em Alenquer, discutindo o seu significado patrimonial e o seu potencial impacto no desenvolvimento socioeconómico regional. Como objetivos específicos, pretende-se: caracterizar os elementos constitutivos da prática; enquadrá-la no debate contemporâneo sobre património cultural imaterial; examinar a sua transmissão e as transformações sociais verificadas; discutir os benefícios e riscos da valorização turística e institucional; e propor linhas de salvaguarda que articulem comunidade, investigação, educação, economia local e governança participativa.

A tese central é a seguinte: o Pintar e Cantar dos Reis só poderá gerar desenvolvimento socioeconómico sustentável se a sua valorização partir da comunidade praticante e regressar à comunidade sob a forma de reconhecimento, capacitação, transmissão, melhoria de condições, redes económicas locais e proteção da autenticidade processual. A autenticidade, neste contexto, não deve ser confundida com imobilidade. Ela reside na continuidade de uma prática socialmente reconhecida, na autoridade dos praticantes, na inteligibilidade dos símbolos e na manutenção de uma relação respeitosa entre ritual, território e memória.

2. Revisão da Literatura

O conceito de património cultural imaterial ganhou centralidade internacional com a Convenção da UNESCO de 2003, cujo objetivo é salvaguardar práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências reconhecidos pelas comunidades como parte do seu património cultural (UNESCO, 2003). A Convenção desloca o olhar patrimonial do monumento para a prática, do objeto para o processo, da conservação material para a viabilidade social. Esta mudança é decisiva para compreender manifestações como o Pintar e Cantar dos Reis, cuja substância não reside apenas nos sinais pintados nas fachadas ou nas letras das cantigas, mas na relação entre pessoas, espaços, gestos, tempos e valores.

A UNESCO (s.d.-b) identifica cinco domínios principais do património imaterial: tradições e expressões orais, artes performativas, práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos relativos à natureza e ao universo, e técnicas artesanais tradicionais. O caso de Alenquer atravessa vários destes domínios. O canto aproxima-se das tradições orais e das artes performativas; a pintura nas fachadas convoca símbolos visuais e conhecimentos de execução; a noite de Reis constitui uma prática social e ritual; o peditório, a bênção e a visita às casas revelam uma economia moral da dádiva; e a transmissão por observação inscreve-se nas pedagogias informais que caracterizam muitas culturas populares (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016).

A revisão da literatura sobre património imaterial mostra que a salvaguarda não equivale a fossilização. Pelo contrário, uma prática viva deve poder adaptar-se sem perder o seu reconhecimento comunitário. A Convenção de 2003 enfatiza que o património imaterial é constantemente recriado pelas comunidades em resposta ao seu ambiente e à sua história (UNESCO, 2003). Esta ideia impede uma abordagem museológica rígida que procurasse preservar o Pintar e Cantar dos Reis como se fosse uma peça intocável. A continuidade depende da possibilidade de mudança: a entrada de novos participantes, a presença de mulheres em algumas localidades, a mediação municipal, a comunicação digital e a abertura controlada a visitantes podem integrar a história recente da manifestação, desde que não anulem as regras locais de recato, silêncio e pertença.

Sousa e Silva (2016) constituem a referência fundamental para o conhecimento etnográfico desta prática. A obra, publicada pela Memoriamedia, apresenta a manifestação no concelho de Alenquer, contextualizando os momentos da festa, da pintura, dos cantares e dos rituais. A ficha da Matriz PCI reproduz e sintetiza esta caracterização, assinalando que o Pintar e Cantar dos Reis reúne festa, linguagem escrita de natureza simbólica,



ritos naturalísticos e religiosos, cantares épicos, religiosos e petítórios, bem como cultos associados à bênção das casas e à memória das almas (Património Cultural, s.d.). Esta densidade impede classificações redutoras. Não se trata apenas de “cantar às portas” nem apenas de “pintar sinais”: trata-se de uma forma complexa de comunicação comunitária.

A prática assume maior expressão no concelho de Alenquer. Em 2016, a celebração encontrava-se documentada em nove povoações: Catém, Casal Monteiro, Mata, Penafirme da Mata, Olhalvo, Paúla, Cabanas de Torres, Ota e Abrigada (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016). A análise desta distribuição territorial deve ser interpretada com cautela: a continuidade da manifestação pode assumir modalidades distintas entre localidades, exigindo investigação de campo capaz de distinguir prática ritual, recuperação comunitária, recriação local e programação cultural (Carvalho, 2022; OECD/ICOM, 2023).

A literatura recente sobre cultura e desenvolvimento local oferece instrumentos para pensar estas tensões. A OCDE e o ICOM (2023) propõem que governos locais, comunidades e instituições culturais definam agendas comuns, nas quais a cultura contribui para economia local, regeneração comunitária, inclusão, saúde e bem-estar. Embora esse guia se centre sobretudo nos museus, a sua lógica é aplicável ao património imaterial: a valorização não deve restringir-se ao aumento de visitantes, devendo produzir capacidades, redes, empregos, aprendizagem e pertença. A cultura, neste entendimento, não é adereço de uma estratégia económica; é uma dimensão estruturante do desenvolvimento.

O Parlamento Europeu sublinha que a cultura pode apoiar regeneração urbana, turismo, crescimento, formação de competências e ecossistemas criativos, incluindo competências digitais, empreendedoras, tradicionais e especializadas (European Parliamentary Research Service, 2022). Para territórios de baixa densidade relativa ou de forte identidade local, esta perspetiva é particularmente relevante. O património imaterial pode funcionar como fator de diferenciação, mas também como dispositivo de coesão entre freguesias, associações, escolas, empresas, autarquias e agentes turísticos. No caso de Alenquer, a articulação com a marca “Presépio de Portugal” e com a programação natalícia cria uma oportunidade de calendário cultural alargado, mas também o perigo de diluir o ritual numa experiência turística generalista.

Csesznek et al. (2024) demonstram que a comunicação digital sobre património imaterial pode apoiar o desenvolvimento sustentável de comunidades locais quando valoriza narrativas próprias, recursos identitários e participação. Esta conclusão é útil para Alenquer porque o Pintar e Cantar dos Reis tem forte potencial audiovisual: canto noturno, lanternas, símbolos, fachadas, silêncio e deslocação ritual. Contudo, a digitalização não é neutra. Filmar, publicar e promover podem alargar conhecimento, atrair visitantes e envolver jovens; mas também podem quebrar a intimidade ritual, transformar o segredo em conteúdo e substituir a aprendizagem presencial por consumo de imagens. A salvaguarda exige, por isso, protocolos comunitários de registo, consentimento e circulação.

O turismo cultural baseado em património imaterial deve ser avaliado numa lógica de reciprocidade. Maldonado-Erazo, del Río-Rama, Andino-Peñafiel e Álvarez-García (2023) defendem que o uso social do património através do turismo pode contribuir para o desenvolvimento comunitário quando a relação entre visitantes e comunidades é desenhada de modo a reconhecer valores locais e benefícios sociais. Esta ideia é crucial: o turismo só se torna sustentável quando os praticantes não são convertidos em figurantes de uma economia externa. No Pintar e Cantar dos Reis, a presença de visitantes deve respeitar a noite, os percursos, a autoridade dos reiseiros, a relação com os moradores e os limites do que pode ou não ser mostrado.

A patrimonialização envolve ainda uma dimensão política. Cultural Heritage in Action (s.d.) apresenta a governança participativa como abordagem centrada nas pessoas, envolvendo setor público, atores privados e sociedade civil na conceção de políticas, na partilha de salvaguarda e no uso do património como recurso de desenvolvimento comunitário e territorial. Esta perspetiva é particularmente relevante em manifestações que pertencem às comunidades antes de pertencerem às instituições. A autarquia pode apoiar, documentar,

divulgar e criar condições logísticas; não deve substituir a comunidade enquanto sujeito da prática. A legitimidade de qualquer candidatura internacional depende desta relação.

A candidatura à Lista Representativa da UNESCO deve ser lida neste quadro. A RHE Initiative (2025) refere que a candidatura do Pintar e Cantar dos Reis foi elaborada pelo Município de Alenquer com assessoria da Quaternaire Portugal e da própria RHE Initiative, tendo sido submetida em março de 2025. O processo evidencia profissionalização técnica e ambição de reconhecimento internacional. Todavia, a literatura crítica sobre património alerta que a inscrição em listas pode produzir efeitos ambivalentes: por um lado, visibilidade, orgulho, financiamento e transmissão; por outro, normalização de narrativas, competição entre territórios, pressão turística e cristalização de versões oficiais. O desafio consiste em garantir que a candidatura seja instrumento de salvaguarda e não apenas selo promocional.

A revisão de literatura permite, assim, definir quatro eixos analíticos para o caso de Alenquer. O primeiro é a performatividade: o património existe quando é praticado, ouvido, visto e reconhecido. O segundo é a transmissão: a continuidade depende de aprendizagem intergeracional, participação juvenil e autoridade dos mestres locais. O terceiro é a territorialidade: a prática desenha uma geografia afetiva de povoações, casas, largos, fachadas e caminhos. O quarto é a economia moral e material: a valorização pode gerar benefícios socioeconómicos, mas só será legítima se respeitar a comunidade e distribuir valor.

2.1. Aprofundamento Crítico da Revisão da Literatura

Nos últimos quatro anos, a literatura internacional sobre património cultural imaterial tem vindo a deslocar o foco de uma visão predominantemente inventariante para uma compreensão relacional e processual do chamado património vivo. Esta mudança de ênfase é relevante para o caso do Pintar e Cantar dos Reis, porque obriga a lê-lo menos como sobrevivência folclórica e mais como prática social situada, continuamente refeita pelos seus portadores. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial definiu, desde 2003, que o valor do património imaterial assenta no reconhecimento comunitário e na transmissão intergeracional (UNESCO, 2003). Contudo, documentos e projetos recentes sublinham que o essencial já não é apenas identificar manifestações, mas garantir condições para a sua continuidade social, educativa e económica, articulando memória, inovação prudente e participação das comunidades (European Commission, 2025b; UNESCO, 2024b; UNESCO, s.d.-a).

Uma primeira linha de debate diz respeito à natureza dinâmica do património imaterial. A literatura recente insiste que a salvaguarda não deve congelar a prática num modelo pretensamente puro ou original, até porque tal pureza raramente existiu fora das narrativas patrimonializadoras. Pelo contrário, uma manifestação permanece viva porque acomoda transformações demográficas, tecnológicas e culturais sem perder inteligibilidade para os seus praticantes. O policy brief do projeto LIVIND afirma que o património vivo integra a vida quotidiana e pode contribuir para a sustentabilidade cultural, social, económica e ecológica, desde que as estratégias de salvaguarda não asfixiem a sua capacidade adaptativa (LIVIND Project, 2024). Esta ideia é especialmente pertinente para Alenquer: a entrada de mulheres em vários grupos, a presença moderada de visitantes, o recurso a meios digitais na divulgação e a reconfiguração dos modos de sociabilidade rural não devem ser lidos de forma simplista como sinais de descaracterização, mas como indícios de negociação interna da continuidade (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016).

Uma segunda linha de investigação recentíssima incide sobre governança e participação. O património imaterial tornou-se um campo exemplar para discutir a democratização das políticas culturais, porque nele a autoridade não pode residir exclusivamente na administração, na academia ou nos dispositivos internacionais de reconhecimento. O guia da OECD/ICOM para cultura e desenvolvimento local sustenta que os resultados mais robustos surgem quando governos locais, instituições culturais e comunidades cooperam na definição de objetivos, indicadores e benefícios, evitando políticas desenhadas apenas de cima para baixo (OECD/ICOM, 2023). Em sentido convergente, Cultural Heritage in Action (s.d.) defende abordagens *people-centred*, nas quais a comunidade deixa de ser público-alvo e passa a ser sujeito efetivo da decisão. Em termos analíticos, isto



significa que a literatura já não aceita pacificamente a ideia de que inventariar equivale a salvaguardar. Inventários e candidaturas são instrumentos importantes, mas permanecem insuficientes se não produzirem condições de transmissão, reconhecimento social e retorno material para os grupos praticantes (Direção-Geral do Património Cultural, 2021; UNESCO, s.d.-b).

Uma terceira linha de reflexão relaciona património imaterial e desenvolvimento sustentável. A bibliografia recente é clara ao afirmar que a cultura pode produzir valor económico e social sem se reduzir a mercadoria. O European Parliamentary Research Service (2022) mostra que a cultura e o património podem apoiar a regeneração territorial, a atratividade regional, a criação de emprego e a inovação, particularmente quando são integrados em estratégias transversais de educação, turismo, planeamento e qualificação. Na mesma direção, a OECD (2018) e a OECD/ICOM (2023) salientam que os recursos culturais aumentam a capacidade de diferenciação dos territórios, reforçam capital simbólico e estimulam ecossistemas locais de produção e serviços. O contributo do património imaterial para o desenvolvimento, porém, não é linear. A literatura alerta que os efeitos positivos dependem de infraestruturas de mediação, de competências organizacionais e de mecanismos de repartição de benefícios. Em termos críticos, o património não “gera” desenvolvimento por si mesmo; ele pode, isso sim, ser ativado como recurso territorial em políticas bem desenhadas, transparentes e socialmente justas (European Parliamentary Research Service, 2022; LIVIND Project, 2024; OECD/ICOM, 2023).

Uma quarta linha de debate, muito visível nas publicações de 2023 em diante, prende-se com a relação entre património imaterial e turismo. Maldonado-Erazo et al. (2023), ao estudarem o uso social do património imaterial pela via do turismo, concluem que o sucesso das iniciativas depende do equilíbrio entre valorização externa e utilidade interna, isto é, entre visibilidade e manutenção do sentido comunitário. O dossiê do ICH NGO Forum sobre património imaterial e turismo reforça que a visitação pode fornecer rendimentos, empregos e reconhecimento, mas também tende a alterar ritmos, simplificar significados e incentivar formas de apresentação ajustadas ao consumo rápido (ICH NGO Forum, s.d.). Para o caso de Alenquer, esta literatura é decisiva porque o Pintar e Cantar dos Reis possui uma forte dimensão noturna, intimista e relacional, pouco compatível com lógicas de evento massificado. A revisão de literatura sugere, portanto, que o turismo cultural só será virtuoso se aceitar limites, se desenvolver mediações pedagógicas adequadas e se respeitar a hierarquia simbólica da prática: primeiro a comunidade, depois a interpretação pública, por fim a eventual fruição turística (Maldonado-Erazo et al., 2023; UNESCO, s.d.-a).

Uma quinta linha de investigação, em franca expansão, examina a digitalização e a comunicação digital. Czesznek et al. (2024) demonstram que a digitalização de recursos de património imaterial pode apoiar o desenvolvimento local quando reforça a capacidade das comunidades para narrar o seu próprio património, aumentar visibilidade e captar novos públicos. Porém, os mesmos autores alertam para a necessidade de evitar operações superficiais de marketing territorial. Mais recentemente, Tan et al. (2026) sublinham que a salvaguarda digital só é eficaz se for comunitariamente engajada, metodologicamente cuidada e sensível à tensão entre acessibilidade, arquivo e autenticidade vivida. Em outras palavras, fotografar, filmar, mapear ou divulgar online não substitui o ato cultural; no máximo, cria ecossistemas de memória, aprendizagem e circulação. Este ponto é central para o Pintar e Cantar dos Reis: os registos audiovisuais podem ser valiosos para educação patrimonial, investigação e mediação com públicos externos, mas a experiência nuclear da tradição continua a residir no encontro ritual, no percurso noturno e no reconhecimento mútuo entre praticantes e moradores (Czesznek et al., 2024; Tan et al., 2026).

Uma sexta linha temática refere-se à transmissão intergeracional. A UNESCO tem insistido, em materiais recentes, que a salvaguarda duradoura exige envolver crianças, jovens e contextos educativos, não como destinatários passivos, mas como participantes na recriação do património (UNESCO, 2024b). O projeto LIVIND (2024) formula ideia semelhante ao defender parcerias entre comunidades, organizações culturais e entidades públicas, capazes de ligar práticas tradicionais a aprendizagens contemporâneas. No âmbito do Pintar e Cantar dos Reis, tal perspetiva ajuda a compreender que a continuidade não depende apenas do número de praticantes presentes num dado ano; depende, antes, da existência de trajetórias de aprendizagem, de ritos informais de



entrada, de reconhecimento dos mestres locais e de espaços onde os mais novos possam observar, experimentar e gradualmente assumir responsabilidades. A literatura aponta também que a transmissão falha quando a prática é convertida em simples espetáculo para observação. Participa-se e aprende-se melhor quando o património continua a desempenhar funções sociais reais dentro da comunidade (Património Cultural, s.d.; UNESCO, 2024b).

No plano mais estritamente patrimonial, a produção portuguesa sobre o Pintar e Cantar dos Reis permanece relativamente concentrada, mas muito valiosa. A monografia de Sousa e Silva (2016) continua a ser a principal referência de base para a descrição histórica, etnográfica e simbólica da prática em Alenquer, nomeadamente no que respeita à constituição dos grupos, às variações entre localidades, aos motivos pintados e às funções do apontador e dos pintores. A inscrição da manifestação no Inventário Nacional, em 2021, acrescentou legitimidade institucional e condensou, em linguagem patrimonial, vários dos seus atributos principais: periodicidade anual, forte implantação no concelho de Alenquer, articulação entre cantares, pinturas, ritos e sociabilidades, e transmissão intergeracional (Direção-Geral do Património Cultural, 2021; Património Cultural, s.d.). Mais recentemente, a candidatura submetida em 2025 à Lista Representativa da UNESCO conferiu nova escala ao processo de valorização, sinalizando uma transição de interesse local e nacional para um horizonte internacional de reconhecimento (RHE Initiative, 2025).

Todavia, a revisão de literatura permite identificar lacunas importantes. Em primeiro lugar, a maioria das fontes específicas sobre Alenquer é de natureza documental, institucional ou monográfica; há, comparativamente, pouca investigação académica recente, de circulação internacional, centrada exclusivamente nesta manifestação. Em segundo lugar, faltam estudos longitudinais sobre perfis dos praticantes, mecanismos de aprendizagem, reconfigurações de género e trajetórias de participação. Em terceiro lugar, a dimensão socioeconómica é frequentemente afirmada de modo programático, mas raramente medida com indicadores robustos. Isto significa que há um desfazamento entre o reconhecimento patrimonial da prática e o conhecimento empírico disponível sobre os seus efeitos na economia local, na coesão territorial, na educação patrimonial e no turismo cultural. Tal lacuna não invalida o argumento da relevância socioeconómica; simplesmente obriga a formulá-lo com prudência analítica e a distingui-lo de afirmações maximalistas sem base estatística (European Parliamentary Research Service, 2022; OECD/ICOM, 2023; RHE Initiative, 2025).

A literatura recente ajuda ainda a sofisticar a noção de autenticidade. Em vez de a tratar como preservação literal do passado, os estudos contemporâneos aproximam-na de critérios como continuidade reconhecida, pertinência comunitária, densidade relacional e capacidade de transmissão. O que é autêntico, nesta perspetiva, não é aquilo que permanece imutável, mas aquilo que a comunidade reconhece como seu, mesmo quando adapta instrumentos, composições de grupo ou formas de mediação pública. Esta inflexão conceptual é decisiva para evitar leituras conservadoras que confundem salvaguarda com cristalização. Ao mesmo tempo, ela não legitima qualquer mudança indiscriminada. A revisão de literatura mostra que a fronteira crítica está em saber se a transformação emerge de necessidades e decisões internas ou se é imposta por agendas exógenas de consumo, visibilidade ou rentabilização. No caso de Alenquer, esse critério é particularmente útil para diferenciar inovação socialmente negociada de mercantilização desregulada (Cultural Heritage in Action, s.d.; OECD/ICOM, 2023; UNESCO, 2003).

Em síntese, a revisão de literatura mais recente permite enquadrar o Pintar e Cantar dos Reis em seis vetores analíticos interdependentes: património vivo; governança participativa; transmissão intergeracional; desenvolvimento local; turismo sustentável; e mediação digital. Estes vetores convergem numa conclusão fundamental: a valorização patrimonial só será consistente se respeitar a lógica social da prática, se for acompanhada por políticas de retorno comunitário e se evitar reduzir a tradição a mero ativo promocional. Assim, a literatura não serve apenas para contextualizar o objeto; ela fornece uma grelha crítica que orienta a interpretação do caso de Alenquer e sustenta a hipótese central deste artigo: o Pintar e Cantar dos Reis poderá contribuir para o desenvolvimento socioeconómico regional precisamente na medida em que permanecer

enraizado numa comunidade que o reconhece, o pratica e o transforma responsabilmente (Csesznek et al., 2024; Maldonado-Erazo et al., 2023; OECD/ICOM, 2023; UNESCO, s.d.-a).

2.2. Síntese Crítica das Fontes Recentes e Matriz Analítica

A literatura consultada permite organizar o estado da arte em quatro camadas complementares: a camada normativa, que define princípios de salvaguarda, transmissão e participação; a camada institucional, que descreve instrumentos de inventariação e políticas públicas; a camada territorial, que relaciona cultura, economia, turismo e coesão social; e a camada metodológica, que discute digitalização, documentação e mediação educativa. Esta articulação é necessária porque o património imaterial não pode ser compreendido apenas pelo seu conteúdo simbólico, nem apenas pelos seus efeitos económicos: a sua densidade reside na ligação entre prática, comunidade, território e políticas de continuidade (Council of Europe, 2005; OECD/ICOM, 2023; UNESCO, 2003; UNESCO, 2024a; UNESCO, s.d.-b).

No plano nacional, o trabalho de Carvalho (2022) é particularmente útil para enquadrar a experiência portuguesa, pois evidencia que a ratificação da Convenção de 2003 impulsionou um novo quadro de políticas públicas, mas também revelou tensões entre exigência técnica, burocracia administrativa e participação efetiva das comunidades. Esta leitura ajuda a compreender o caso de Alenquer: a inscrição no Inventário Nacional reforça a legitimidade patrimonial, mas não substitui a necessidade de dispositivos locais de acompanhamento, formação, documentação, financiamento e devolução comunitária (Carvalho, 2022; Direção-Geral do Património Cultural, 2021; Património Cultural, s.d.; RHE Initiative, 2025; Sousa & Silva, 2016).

No domínio do desenvolvimento territorial, a literatura recente converge na ideia de que o património cultural pode apoiar processos de revitalização, diferenciação identitária, inovação social e diversificação económica. A Comissão Europeia salienta que o património cultural é relevante para o desenvolvimento inclusivo e sustentável das regiões e que o turismo cultural representa uma parte expressiva das atividades turísticas na Europa (European Commission, 2024). A mesma instituição enquadra património cultural e indústrias culturais e criativas como elementos associados a crescimento sustentável, coesão social e competitividade (European Commission, 2025a). Estes argumentos reforçam a pertinência de analisar o Pintar e Cantar dos Reis não apenas como prática festiva, mas como ativo territorial que deve ser governado com prudência, evidência e participação local (Council of Europe, 2025; European Parliamentary Research Service, 2022; OECD, 2018; OECD/ICOM, 2023).

Os estudos bibliométricos recentes confirmam que o turismo de património cultural se consolidou como campo interdisciplinar, articulando gestão turística, conservação, economia, psicologia da experiência, planeamento territorial e estudos de autenticidade. Zhang, Liang, Su, Chen e Wei (2023) mostram que a investigação internacional tem vindo a deslocar-se da promoção isolada dos bens patrimoniais para a análise integrada da proteção, da experiência do visitante e da governança. No caso específico do património imaterial, Qiu, Zuo e Zhang (2022) defendem que a agenda futura deve considerar simultaneamente autenticidade, participação comunitária, mercantilização, sustentabilidade e inovação interpretativa. A estes contributos acrescenta-se Türker (2026), cuja análise bibliométrica evidencia o crescimento do património cultural imaterial no campo do turismo e identifica temas emergentes como cocriação, envolvimento comunitário, conservação, turismo rural, rotas culturais e património digital. Estes trabalhos reforçam a pertinência de analisar o Pintar e Cantar dos Reis não como episódio folclórico isolado, mas como recurso cultural complexo, situado numa intersecção entre salvaguarda, experiência turística, desenvolvimento local e direitos culturais.

A literatura empírica sobre turismo sustentável e preservação patrimonial permite ainda qualificar a discussão socioeconómica. Ye, Qin e Wu (2024) demonstram que a integração do património cultural em estratégias de turismo sustentável pode melhorar a experiência do visitante, reforçar a satisfação e produzir efeitos económicos positivos, desde que a identidade cultural não seja reduzida a mero cenário. Li e Du (2025), ao estudarem turismo em bairros históricos, mostram que o desempenho do destino, a perceção de valor e a confirmação das expectativas influenciam a lealdade turística de longo prazo. Pai, Zhang, Wang, Li e Shang (2026), por sua vez, analisam a relação entre práticas de turismo sustentável e preservação do património

cultural, concluindo que tais práticas podem favorecer conservação, compreensão pública e sustentabilidade. Aplicado a Alenquer, este corpo de estudos sugere que o potencial turístico do Pintar e Cantar dos Reis depende menos da maximização de fluxos e mais da qualidade da mediação, da gestão dos ritmos rituais e da coerência entre experiência, preservação e retorno local.

A relação entre património imaterial e turismo exige, porém, um enquadramento crítico. Estudos recentes sobre turismo em áreas rurais e comunidades detentoras de património imaterial mostram que a valorização turística pode apoiar rendimentos locais, orgulho comunitário e continuidade de saberes, mas também pode acelerar processos de simplificação simbólica, mercantilização e perda de controlo pelos praticantes (Cerquetti et al., 2022; ICH NGO Forum, s.d.; Maldonado-Erazo et al., 2023). Para o Pintar e Cantar dos Reis, esta advertência é central: o valor da prática reside na sua temporalidade própria, no recato noturno, no percurso entre casas e na autoridade dos reiseiros, não na sua conversão imediata em espetáculo de consumo rápido (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016).

A dimensão comunitária é igualmente decisiva. Mzembe, Koens e Calvi (2023) identificam mecanismos de governança, agência comunitária e influência de instituições supranacionais como antecedentes fundamentais do desenvolvimento sustentável em turismo de património cultural. Liorančaitė-Šukienė e Jurėnienė (2025), estudando modelos de gestão patrimonial para turismo comunitário, sublinham a importância da participação de base local, da colaboração entre comunidade e administração e da criação de estruturas organizativas capazes de equilibrar preservação cultural e benefícios económicos. Baswarani e Novianto (2025) reforçam esta perspetiva ao mostrarem que a sustentabilidade do turismo patrimonial exige participação dos residentes não apenas como figurantes da experiência turística, mas como agentes de decisão e implementação. Para Alenquer, a consequência é clara: qualquer roteiro, oficina, exposição ou produto cultural associado à tradição deve ser concebido com os grupos de reiseiros e com as populações das localidades, sob pena de converter uma prática de pertença numa oferta exteriorizada.

Ginting, Zahrah, Hamzah, Mohamed, Trombadore e Damanik (2024) acrescentam uma nota metodológica relevante: a sustentabilidade cultural deve ser avaliada a partir de dimensões observáveis, como tradições, rituais, festivais, identidade do lugar, especialidades locais, bens patrimoniais e mecanismos de proteção. Esta grelha é útil para evitar discursos genéricos sobre impacto. No caso do Pintar e Cantar dos Reis, permite distinguir indicadores de vitalidade cultural — número de praticantes, continuidade dos motivos pictóricos, transmissão de repertórios, participação juvenil e adesão dos moradores — de indicadores turísticos — visitantes, consumo local, procura por mediação interpretativa e efeitos na reputação territorial. A qualidade científica da análise aumenta precisamente quando o desenvolvimento é medido por múltiplos indicadores e não por uma retórica vaga de promoção turística.

A digitalização constitui outro eixo decisivo da literatura recente. Csesznek et al. (2024) demonstram que a comunicação digital pode apoiar o desenvolvimento local quando valoriza narrativas comunitárias e aumenta a circulação pública do património. Contudo, Tan et al. (2026) alertam que a salvaguarda digital corre o risco de “fossilização digital” quando privilegia arquivo, imagem e tecnologia sem participação profunda dos detentores. Esta tensão tem implicações diretas para Alenquer: fotografias, vídeos, mapas digitais, roteiros e bases de dados devem funcionar como instrumentos de mediação e educação patrimonial, nunca como substitutos da prática viva (Csesznek et al., 2024; European Commission, 2025b; Tan et al., 2026; UNESCO, 2024b).

A governança participativa emerge, por fim, como condição transversal. O Conselho da Europa, através da Convenção de Faro, defende uma compreensão alargada do património centrada nos significados atribuídos pelas pessoas e nas comunidades patrimoniais (Council of Europe, 2005). O debate contemporâneo sobre salvaguarda reforça essa orientação ao sublinhar que o sucesso depende da cooperação entre comunidades, administração pública, investigação, escolas, associações e agentes económicos, sem subordinar a prática à lógica de evento ou de candidatura (Carvalho, 2022; Cultural Heritage in Action, s.d.; LIVIND Project, 2024; OECD/ICOM, 2023; Tuménas, 2025).



Aplicada ao Pintar e Cantar dos Reis, esta revisão permite estabelecer uma matriz analítica em seis dimensões: autenticidade negociada, transmissão intergeracional, performatividade ritual, escrita visual, governança participativa e impacto territorial. Cada dimensão exige fontes, indicadores e critérios específicos. A autenticidade deve ser avaliada pela comunidade e pela continuidade do sentido; a transmissão, pelo número e diversidade de aprendizes; a performatividade, pela preservação dos tempos e lugares rituais; a escrita visual, pela manutenção dos saberes de leitura e execução dos motivos; a governança, pelo grau de participação dos praticantes; e o impacto territorial, por benefícios sociais, educativos e económicos demonstráveis (Cerquetti et al., 2022; Património Cultural, s.d.; RHE Initiative, 2025; Sousa & Silva, 2016; UNESCO, s.d.-a).

3. Metodologia

Este artigo adota uma metodologia qualitativa, documental, interpretativa e crítica. Não se apresenta como estudo etnográfico de campo, uma vez que não foram realizadas entrevistas, observação participante direta nem recolha primária junto dos grupos de reiseiros. A opção metodológica assenta na análise de fontes documentais verificáveis e de bibliografia académica e institucional, procurando construir uma leitura fundamentada da manifestação e do seu potencial para a salvaguarda patrimonial e o desenvolvimento regional.

O corpus documental principal inclui: a ficha do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial relativa ao Pintar e Cantar dos Reis; o Anúncio n.º 158/2021, publicado no Diário da República; a monografia de Sousa e Silva (2016); conteúdos da Memoriamedia sobre a prática; documentos e páginas institucionais da UNESCO sobre património imaterial; estudos recentes sobre património imaterial, desenvolvimento local, turismo cultural e comunicação digital; e informação pública da entidade que apoiou tecnicamente a candidatura à Lista Representativa (Direção-Geral do Património Cultural, 2021; Memoriamedia, 2016; Património Cultural, s.d.; RHE Initiative, 2025; Sousa & Silva, 2016; UNESCO, 2003, 2024a, s.d.-a, s.d.-b).

A análise foi orientada por quatro perguntas de investigação: (1) que elementos rituais, performativos e simbólicos definem o Pintar e Cantar dos Reis em Alenquer? (2) de que modo a manifestação corresponde aos princípios contemporâneos do património cultural imaterial? (3) que transformações sociais e institucionais se observam na sua transmissão e valorização? (4) que oportunidades e riscos emergem quando a prática é integrada em estratégias de desenvolvimento socioeconómico e turístico?

A técnica de análise combinou revisão narrativa da literatura, análise documental e interpretação crítica. A revisão narrativa permitiu reunir contributos normativos e académicos sobre património imaterial, políticas públicas, turismo cultural, digitalização e desenvolvimento local, enquanto a análise documental permitiu confrontar esse enquadramento com os dados públicos disponíveis sobre a manifestação de Alenquer (Carvalho, 2022; Czesnek et al., 2024; Direção-Geral do Património Cultural, 2021; Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016). A interpretação crítica procurou evitar dois riscos metodológicos: romantizar a tradição como resíduo intocado do passado ou instrumentalizá-la como simples recurso económico (ICH NGO Forum, s.d.; Maldonado-Erazo et al., 2023; OECD/ICOM, 2023).

A seleção das fontes privilegiou quatro critérios. O primeiro foi a autoridade documental: documentos oficiais, inventários e publicações académicas foram considerados prioritários. O segundo foi a atualidade: sempre que possível, privilegiaram-se fontes publicadas entre 2022 e 2026, sobretudo nas áreas do património cultural, turismo sustentável, governança e digitalização. O terceiro foi a relevância temática: foram incorporados artigos sobre turismo de património cultural, património imaterial, turismo comunitário, satisfação do visitante, preservação cultural e desenvolvimento territorial (Baswarani & Novianto, 2025; Ginting et al., 2024; Li & Du, 2025; Mzembe et al., 2023; Pai et al., 2026; Qiu et al., 2022; Ye et al., 2024; Zhang et al., 2023). O quarto foi a prudência inferencial: as fontes internacionais são usadas para construir enquadramento comparativo, e não para afirmar impactos económicos específicos que não estejam medidos no caso de Alenquer.

A metodologia inclui ainda uma opção ética: distinguir factos documentados de inferências analíticas. Por exemplo, é facto documentado que a prática foi inscrita no Inventário Nacional em 2021 (Direção-Geral do Património Cultural, 2021). É também facto documentado que a candidatura à Lista Representativa foi



submetida em março de 2025 segundo informação pública da RHE Initiative (2025). Já o impacto socioeconómico direto da manifestação não se encontra quantificado de forma robusta nas fontes consultadas; por conseguinte, a análise apresentada nesta matéria é interpretativa e prospetiva, apoiada em literatura sobre cultura e desenvolvimento local, mas não apresentada como medição estatística.

Esta limitação é relevante. A ausência de dados económicos específicos impede afirmar, com rigor, que o Pintar e Cantar dos Reis gera determinado volume de receita, emprego ou dormidas. O que pode ser sustentado é que a manifestação possui condições de relevância territorial comparáveis às identificadas na literatura sobre turismo cultural sustentável: singularidade simbólica, ligação comunitária, potencial educativo, capacidade de diferenciação do destino e possibilidade de criar serviços interpretativos de pequena escala (Ginting et al., 2024; Li & Du, 2025; Mzembe et al., 2023; Pai et al., 2026). A metodologia adota, por isso, uma formulação prudente: fala-se em potencial socioeconómico e em indicadores a monitorizar, não em impactos quantificados inexistentes nas fontes consultadas.

4. Resultados e Discussão

4.1. A Prática como Gramática Ritual de Comunidade

O Pintar e Cantar dos Reis realiza-se, segundo a caracterização oficial, na noite de 5 para 6 de janeiro, com periodicidade anual, em comunidades do concelho de Alenquer (Património Cultural, s.d.). O ritual começa com a formação espontânea dos grupos. Os pintores seguem à frente, em silêncio, munidos de tintas, pincéis e lanternas, assinalando fachadas, muros e entradas das casas com desenhos associados aos Reis. Atrás seguem os cantores, em maior número, organizados em coro e orientados por um apontador (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016). Esta disposição espacial é profundamente significativa: a pintura prepara o lugar, enquanto o canto atualiza a narrativa; a imagem antecede a voz, mas ambas se completam.

A gramática visual inclui vasos, corações com flores, símbolos associados ao agregado familiar, representações de profissões ou atividades, a Estrela do Oriente, inscrições alusivas aos Reis e à era da celebração, sendo tradicional o uso do vermelho almagre e do azul de anilina (Património Cultural, s.d.). O muro ou a fachada tornam-se suporte de escrita comunitária. Não se trata de decoração arbitrária, mas de uma forma de inscrição simbólica do reconhecimento social. A casa é saudada, marcada, benzida e integrada na narrativa anual dos Reis.

O canto, por sua vez, convoca a viagem dos Reis Magos e a visita ao Deus nascido, combinando dimensões religiosas, épicas e petitorias. Em algumas localidades, o apontador sussurra a quadra ao coro antes de este a entoar, criando uma teatralidade do segredo que a ficha oficial associa à intimidade da celebração (Património Cultural, s.d.). A categoria de “segredo” é central: o ritual não está totalmente disponível ao olhar exterior. Mesmo quando visitantes acompanham o percurso, há uma dimensão reservada, feita de códigos locais, regras tácitas e modos de escuta que só a pertença continuada permite compreender.

Este aspeto diferencia a prática de muitos eventos culturais programados para consumo público. No Pintar e Cantar dos Reis, o público primordial não é o turista; são as casas, os moradores, os antepassados, a comunidade e a própria noite. A presença de visitantes pode ser legítima, mas é secundária. A inversão desta hierarquia seria um risco de descaracterização. A salvaguarda deve, por isso, proteger a lógica interna do ritual: silêncio, deslocação, relação porta-a-porta ou por pontos estratégicos, autoridade do apontador, sentido comunitário da pintura e participação dos moradores.

A prática mostra também como o património imaterial integra materialidades. As fachadas, os muros, as lanternas, as tintas, os pincéis, as ruas e os largos não são património “material” separado do “imaterial”; são condições de expressão do ritual. A UNESCO (s.d.-b) reconhece que o património imaterial inclui objetos e espaços associados às práticas. No caso de Alenquer, a casa é simultaneamente lugar social, suporte visual e destinatária simbólica. O território não é cenário; é coautor da manifestação.

Leitura visual da prática: interpretação de imagens

A documentação visual oficial associada à ficha do Inventário Nacional permite densificar a análise anterior, desde que seja tratada como documento etnográfico secundário e não como mera ilustração decorativa. As Figuras 1 a 3 mostram que o Pintar e Cantar dos Reis não se limita a um repertório oral: a prática inscreve-se materialmente nas fachadas, ativa o espaço doméstico como superfície simbólica e torna visível uma gramática comunitária que combina cor, gesto, escrita, memória e reconhecimento social (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016).

Figura 1: Registo fotográfico de pinturas do ritual em fachada residencial, Alenquer.



Nota: Imagem reproduzida a partir da documentação visual associada à ficha “Pintar e Cantar dos Reis” do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (Património Cultural, s.d.).

A Figura 1 evidencia, antes de mais, a dimensão parietal da tradição. O suporte da prática é a fachada da casa, isto é, o limiar entre interior e exterior, intimidade familiar e esfera comunitária. Essa localização não é um detalhe formal; ela traduz o modo como o ritual reconhece a casa como unidade social e moral. A pintura funciona simultaneamente como saudação, bênção, inscrição de pertença e ato de visibilização simbólica do agregado. A utilização das cores tradicionalmente associadas à prática, bem como a organização compositiva do motivo, remete para uma linguagem visual codificada, inteligível dentro da comunidade e passível de leitura social por quem conhece o sistema simbólico. Em termos críticos, a imagem mostra que o património imaterial produz materialidade sem se reduzir a objeto: o desenho interessa menos como resultado plástico autónomo do que como vestígio de um ato relacional, noturno e comunitário (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016).

Figura 2: Registo fotográfico do ambiente ritual do Pintar e Cantar dos Reis, Alenquer.



Nota: Imagem reproduzida a partir da documentação visual associada à ficha “Pintar e Cantar dos Reis” do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (Património Cultural, s.d.).

A Figura 2 permite ler a manifestação como performance social. Ainda que a fotografia congele um instante, percebe-se a dimensão processual da prática: há deslocação, coordenação, partilha de funções e um uso específico do espaço noturno. O Pintar e Cantar dos Reis depende da articulação entre pintores, cantores, apontador e moradores; por isso, o seu valor patrimonial reside tanto na execução quanto na sociabilidade que a sustenta. A imagem ajuda a compreender que esta tradição não cabe numa lógica museográfica convencional. Ela acontece em movimento, em percursos e interações, e convoca uma ética do recato que contrasta com formatos de espetáculo intensivo. Para a discussão do desenvolvimento socioeconómico, esta leitura é importante: qualquer estratégia de valorização deve preservar o carácter situado e relacional da manifestação, evitando transformá-la num produto cénico desligado das suas temporalidades e da sua gramática comunitária (Maldonado-Eraza et al., 2023; OECD/ICOM, 2023).

Figura 3: Registo fotográfico de motivos pictóricos do ritual no espaço doméstico, Alenquer.



Nota: Imagem reproduzida a partir da documentação visual associada à ficha “Pintar e Cantar dos Reis” do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (Património Cultural, s.d.).

Na Figura 3 sobressai a espessura semântica dos motivos pictóricos. Mais do que ornamentação, os sinais visuais condensam informação sobre a casa, o agregado e a ordem ritual da visita. A literatura etnográfica mostra que



vasos, corações floridos, estrelas, inscrições alusivas aos Reis e a “Era” anual podem traduzir estados familiares, profissões, luto, fecundidade e expectativas de prosperidade (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016). A interpretação da imagem confirma, assim, que o Pintar dos Reis opera como escrita social localizada: uma escrita que não pretende universalidade abstrata, mas inteligibilidade comunitária. Do ponto de vista patrimonial, isto reforça o argumento de que a salvaguarda deve contemplar não só o evento global, mas também os saberes finos de composição, leitura e execução dos símbolos. Do ponto de vista socioeconómico, a imagem sugere um potencial interpretativo muito relevante para programas de educação patrimonial, roteiros culturais e mediação turística de pequena escala, desde que conduzidos com rigor e em diálogo com os praticantes.

A leitura cruzada das três imagens confirma, portanto, que o Pintar e Cantar dos Reis articula três níveis inseparáveis: uma dimensão estética, visível nas composições cromáticas e na ocupação das fachadas; uma dimensão social, assente na visita ritual, no reconhecimento da casa e na cooperação entre praticantes; e uma dimensão territorial, porque a tradição produz paisagem cultural temporária e diferencia simbolicamente as localidades onde se mantém viva. Esta interpretação visual reforça a tese central do artigo: a salvaguarda e a valorização pública da prática devem partir do seu enraizamento comunitário, e é precisamente esse enraizamento que pode sustentar benefícios educativos, identitários e económicos para o território.

4.2. Saberes Populares, Transmissão e Autoridade dos Praticantes

A transmissão do Pintar e Cantar dos Reis ocorre por oralidade, observação e participação direta, em consonância com a fundamentação do Inventário Nacional (Direção-Geral do Património Cultural, 2021). O conhecimento não se aprende prioritariamente em manuais; aprende-se acompanhando os mais velhos, ouvindo o apontador, observando o traço dos pintores, compreendendo o momento certo de cantar, pintar, calar, caminhar ou aceitar a dádiva. Trata-se de um saber incorporado, situado e relacional.

A ficha oficial identifica o apontador e o pintor mais velho como agentes de transmissão (Património Cultural, s.d.). A sua função não é apenas técnica. O apontador guarda repertórios, orienta o coro, conhece regras, gere tempos e representa a continuidade. O pintor experiente domina símbolos, composições, cores e lugares adequados à inscrição. Ambos exercem autoridade cultural. Esta autoridade não é equivalente a cargo administrativo; nasce do reconhecimento dos pares e da participação reiterada. Qualquer política de salvaguarda deve reconhecer estes mediadores comunitários, evitando substituí-los por peritos externos.

Nas últimas décadas, verificaram-se transformações significativas. A documentação oficial refere que a tradição era anteriormente associada a grupos masculinos, em alguns casos compostos por rapazes solteiros antes da inspeção militar, e que, a partir das décadas de 1980 e 1990, as mulheres passaram a participar em algumas povoações como pintoras, cantoras ou ambas (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016). Esta mudança é particularmente relevante para uma análise crítica. Por um lado, mostra que o património vivo se adapta a transformações sociais, nomeadamente à alteração dos papéis de género e à necessidade de assegurar continuidade. Por outro, obriga a discutir como conciliar memória de uma prática masculina com inclusão contemporânea.

A inclusão de mulheres não deve ser lida como ameaça automática à autenticidade. A autenticidade, no património imaterial, não corresponde à reprodução integral de hierarquias do passado. Se uma comunidade reconhece novas formas de participação e estas garantem continuidade, a mudança pode ser sinal de vitalidade. Contudo, a transformação deve ser debatida no interior dos grupos, respeitando diferenças entre localidades. A imposição externa de modelos uniformes, mesmo quando bem-intencionada, poderia fragilizar a autoridade comunitária.

A transmissão intergeracional enfrenta desafios comuns a muitas práticas populares: envelhecimento dos praticantes, mobilidade juvenil, alterações laborais, dispersão residencial, redução de sociabilidades aldeãs e competição com formas digitais de entretenimento. A resposta não deve limitar-se a “chamar jovens” para reproduzir uma tradição. É necessário criar condições de pertença: oficinas conduzidas por reiseiros, projetos escolares em parceria com os grupos, documentação audiovisual controlada pela comunidade, encontros



intergeracionais e reconhecimento público dos praticantes. A UNESCO (2024) sublinha que a salvaguarda implica tornar o património conhecido pelas gerações futuras, permitindo que os jovens se apropriem dele, se orgulhem e o renovem.

4.3. Patrimonialização: Reconhecimento, Oportunidade e Risco

A inscrição no Inventário Nacional em 2021 constitui marco fundamental. O Anúncio n.º 158/2021 reconhece que o Pintar e Cantar dos Reis reflete a identidade da comunidade e se transmite intergeracionalmente, por oralidade, observação e participação direta (Direção-Geral do Património Cultural, 2021). Este reconhecimento dá visibilidade e legitima medidas de salvaguarda, mas não substitui a prática. Uma inscrição patrimonial sem continuidade comunitária seria um arquivo vazio.

A candidatura à Lista Representativa da UNESCO acrescenta uma nova escala. Segundo a RHE Initiative (2025), o processo foi elaborado com apoio técnico especializado e submetido em março de 2025. A importância deste facto deve ser interpretada com prudência: uma candidatura internacional amplia visibilidade, redes de cooperação e potencial de investigação, mas não garante, por si só, melhores condições de transmissão. A literatura crítica sobre políticas de património imaterial demonstra que a inscrição internacional deve ser acompanhada por medidas de salvaguarda local, mecanismos de participação e financiamento adequado, sob pena de gerar reconhecimento simbólico sem sustentabilidade prática (Carvalho, 2022; OECD/ICOM, 2023; UNESCO, 2024a).

A patrimonialização deve, portanto, ser pensada como processo de responsabilidade. A pergunta central não é apenas “como obter reconhecimento?”, mas “que efeitos terá o reconhecimento sobre a prática?”. A salvaguarda exige avaliação de riscos: excesso de visitantes em ruas estreitas, perturbação do silêncio noturno, filmagens intrusivas, pressão sobre moradores, deslocação da autoridade dos reiseiros para promotores externos, concentração de benefícios económicos fora das comunidades e redução da complexidade ritual a um produto visual. Estes riscos não invalidam a candidatura; obrigam a desenhar medidas de gestão.

Uma estratégia ética de patrimonialização deveria assentar em cinco princípios. Primeiro, participação efetiva dos grupos de reiseiros nas decisões. Segundo, diferenciação entre momentos rituais reservados e momentos interpretativos abertos ao público. Terceiro, retorno local dos benefícios, seja através de apoio a associações, transportes, seguros, materiais, formação ou iniciativas comunitárias. Quarto, monitorização permanente dos impactos. Quinto, comunicação pública que explique a complexidade da prática, evitando folclorização.

4.4. Desenvolvimento Socioeconómico: Entre Potencial e Prudência

O património imaterial pode contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das regiões, mas esse contributo raramente é automático. A OCDE (2018) salienta que a cultura não atrai apenas turistas, podendo funcionar como catalisador de atividades económicas, clusters territoriais e integração social. A OCDE e o ICOM (2023) acrescentam que cultura e instituições culturais podem apoiar agendas locais de desenvolvimento económico, regeneração comunitária, inclusão, saúde e bem-estar. O Pintar e Cantar dos Reis possui vários atributos compatíveis com esta visão: singularidade territorial, calendário definido, densidade simbólica, ligação à marca natalícia de Alenquer, capacidade de mobilizar associações e potencial educativo.

A análise socioeconómica deve, por isso, distinguir valor económico direto, valor económico indireto e valor público. O primeiro diz respeito a consumo local, serviços, produção cultural e circulação de visitantes; o segundo corresponde à reputação territorial, à atratividade residencial e à diferenciação turística; o terceiro inclui coesão social, educação, autoestima comunitária e participação cívica. Esta distinção evita reduzir a manifestação a uma métrica de visitantes e aproxima-a de modelos contemporâneos de avaliação cultural, nos quais impactos económicos, sociais e simbólicos são analisados de forma integrada (European Commission, 2024; European Parliamentary Research Service, 2022; LIVIND Project, 2024; OECD, 2018; OECD/ICOM, 2023).

No plano económico direto, a manifestação pode estimular deslocações, consumo em restauração, comércio local, alojamento, visitas guiadas, produção audiovisual, artes gráficas, publicações, exposições, programação



cultural e serviços de mediação. Esta cadeia curta de valor deve, contudo, ser cuidadosamente regulada, para que a fruição pública não se sobreponha ao respeito ritual nem à autoridade dos praticantes. O turismo noturno de pequena escala pode ser virtuoso se for regulado, interpretado e acompanhado; pode ser prejudicial se se tornar invasivo ou meramente extrativo (Cerquetti et al., 2022; ICH NGO Forum, s.d.; Maldonado-Erao et al., 2023; OECD/ICOM, 2023).

No plano económico indireto, a tradição fortalece a imagem territorial. Alenquer pode diferenciar-se não apenas pelo presépio monumental ou pela quadra natalícia, mas por uma prática que combina arte visual, canto, religiosidade popular, memória rural e sociabilidade vicinal. Esta diferenciação contribui para a atratividade do concelho, para a construção de narrativas turísticas e para a valorização de produtos locais. No entanto, a marca territorial deve nascer da complexidade, não da simplificação. Reduzir a manifestação a “símbolos bonitos nas paredes” seria desperdiçar a sua riqueza cultural.

No plano social, o impacto pode ser ainda mais relevante. A prática reforça redes entre gerações, localidades, famílias e associações. O peditório, quando existe, demonstra uma economia de reciprocidade que pode financiar missa, almoço comunitário ou atividades associativas, conforme documentado para algumas localidades (Património Cultural, s.d.; Sousa & Silva, 2016). Estes mecanismos não são apenas resíduos de uma sociedade tradicional; são formas de redistribuição simbólica e material que mantêm comunidades ativas. O desenvolvimento socioeconómico deve incluir estes efeitos de coesão, confiança e capital social, não apenas indicadores monetários.

A dimensão educativa é igualmente estratégica. A literatura sobre património vivo recomenda que a transmissão seja trabalhada em contextos formais e não formais de aprendizagem, sem separar conhecimento técnico, experiência comunitária e participação juvenil (LIVIND Project, 2024; UNESCO, 2024b). No caso de Alenquer, oficinas com pintores e cantores, sessões de escuta orientada, leitura dos símbolos pintados e trabalho de arquivo comunitário poderiam funcionar como dispositivos de iniciação cultural e não apenas como atividades escolares episódicas. Tal orientação é coerente com a defesa de metodologias participativas, nas quais os detentores da prática preservam a autoridade interpretativa sobre o que deve ser ensinado, como deve ser transmitido e que limites devem ser respeitados (Carvalho, 2022; Cultural Heritage in Action, s.d.; OECD/ICOM, 2023).

A digitalização oferece oportunidades e perigos. Csesznek et al. (2024) demonstram que a comunicação digital pode reforçar identidade e desenvolvimento local, mas alertam para a necessidade de estratégias coerentes. Em Alenquer, seria útil criar um arquivo digital comunitário com vídeos, fotografias, mapas de localidades, testemunhos, variantes de cantigas, glossário de símbolos e histórias de praticantes. Todavia, o arquivo deve respeitar níveis de acesso: nem tudo o que pode ser registado deve ser publicamente disponibilizado. O segredo, o silêncio e a intimidade também são património.

Neste quadro, a digitalização deve ser instrumental e não substitutiva. A literatura sobre património e turismo mostra que a comunicação digital pode alargar públicos, apoiar arquivos interpretativos e reforçar a competitividade simbólica dos destinos, mas também pode acelerar a simplificação de práticas complexas quando privilegia imagens rápidas em detrimento de contexto (Csesznek et al., 2024; Tan et al., 2026; Türker, 2026). Para Alenquer, a prioridade não deve ser apenas disponibilizar fotografias ou vídeos, mas criar uma narrativa digital eticamente enquadrada: meta dados rigorosos, autoria reconhecida, consentimento dos grupos, descrição dos símbolos, diferenciação entre momentos rituais e materiais pedagógicos, e ligação a escolas, museus locais e investigação universitária.

4.5. A Tensão entre Autenticidade, Turismo e Espetáculo

A maior tensão contemporânea do Pintar e Cantar dos Reis reside na passagem de uma prática sobretudo comunitária para uma prática cada vez mais observada, divulgada e promovida. Esta transição não é necessariamente negativa. Muitas tradições desapareceram por falta de visibilidade, reconhecimento e renovação. A questão crítica é a forma como a visibilidade é construída.



A literatura sobre turismo de património imaterial sugere que a sustentabilidade depende de quatro condições: consentimento informado dos praticantes; limitação de fluxos quando a escala põe em causa o ritual; mediação interpretativa antes e depois do evento; e retorno económico ou material para os grupos locais. Estes critérios são particularmente pertinentes para manifestações de forte carga simbólica, porque a presença de visitantes pode modificar comportamentos, ritmos e expectativas da própria comunidade (Cerquetti et al., 2022; ICH NGO Forum, s.d.; Maldonado-Erazo et al., 2023; UNESCO, s.d.-a).

As contribuições de Qiu et al. (2022), Ye et al. (2024) e Pai et al. (2026) ajudam a aprofundar esta tensão: o turismo pode fortalecer a preservação quando estimula reconhecimento, aprendizagem e financiamento; mas pode fragilizá-la quando impõe ritmos de consumo, estetiza a diferença cultural ou transforma portadores em executantes para visitantes. Por isso, a autenticidade deve ser entendida como relação social e não como embalagem promocional. Em Alenquer, a experiência turística mais sustentável seria provavelmente aquela que torna o visitante consciente dos seus próprios limites: nem tudo deve ser fotografado, nem tudo deve ser encenado, nem todo o percurso ritual deve ser convertido em produto.

O turismo cultural tende a procurar autenticidade, mas frequentemente consome sinais simplificados de autenticidade. O visitante quer ver, fotografar e compreender rapidamente. O ritual, pelo contrário, exige demora, silêncio e aceitação de opacidade. Esta assimetria pode produzir conflito. Se a tradição se adaptar excessivamente ao visitante, corre o risco de perder a sua lógica interna. Se se fechar totalmente, pode perder oportunidades de transmissão, apoio e reconhecimento. A solução não está em escolher entre comunidade e turismo, mas em desenhar mediações.

Uma mediação adequada poderia incluir sessões interpretativas antes ou depois da noite ritual, visitas a exposições, conversas com praticantes, materiais explicativos, mapas controlados de percursos e códigos de conduta para visitantes. Durante o ritual, devem prevalecer as regras locais. O visitante deve ser educado para observar sem interromper, fotografar apenas quando autorizado, respeitar portas fechadas, silêncio, horários e limites. A hospitalidade não implica disponibilidade total.

A experiência internacional mostra que o património imaterial pode ser apropriado por economias de evento. Quando a prática passa a ser vista como programação, os seus tempos podem ser comprimidos, os seus significados traduzidos em slogans e os praticantes convertidos em performers. No caso de Alenquer, o risco é agravado pela beleza visual da pintura noturna. A imagem é poderosa, mas pode ocultar a dimensão social que lhe dá sentido. Um desenvolvimento regional sustentável deve resistir à tentação de transformar a manifestação num espetáculo padronizado.

4.6. Governança, Indicadores e Retorno Comunitário

A governança do Pintar e Cantar dos Reis deve partir de uma pergunta simples: quem decide o futuro da prática? A resposta deve incluir os grupos de reiseiros, moradores, associações locais, juntas de freguesia, município, escolas, investigadores, agentes turísticos e entidades culturais. Contudo, estes atores não ocupam posições equivalentes. Os praticantes detêm conhecimento situado e autoridade simbólica; as instituições dispõem de meios financeiros, técnicos e comunicacionais. A boa governança consiste em equilibrar estes recursos sem subordinar a comunidade.

A governança deve também produzir informação verificável. Para uma candidatura internacional, para políticas municipais ou para planos educativos, não basta afirmar que a tradição é valiosa; é necessário demonstrar como se transmite, quem participa, que recursos são mobilizados, que riscos existem e que benefícios regressam às comunidades. Esta exigência aproxima o caso de Alenquer das recomendações internacionais sobre políticas culturais baseadas em evidência, participação e monitorização contínua (Carvalho, 2022; European Commission, 2025b; OECD/ICOM, 2023; UNESCO, 2024a).

Cultural Heritage in Action (s.d.) defende abordagens participativas e centradas nas pessoas, orientadas para ~~o~~ desenhar, em conjunto, políticas, partilhar salvaguarda e usar o património como recurso de desenvolvimento



territorial. Aplicado a Alenquer, isto implicaria criar um conselho ou fórum permanente do Pintar e Cantar dos Reis, integrando representantes dos grupos e das localidades. Esse fórum poderia validar materiais de comunicação, definir códigos de conduta, acompanhar a candidatura internacional, propor medidas de salvaguarda, discutir fluxos turísticos e avaliar impactos.

A avaliação deve ser multidimensional. Para além do número de visitantes, importa medir: número de praticantes por localidade; distribuição etária e de género; número de aprendizes; continuidade de repertórios; estado de conservação de símbolos e fachadas; satisfação dos moradores; receitas e custos associados ao roteiro; envolvimento de comércio local; participação escolar; produção de materiais educativos; qualidade da cobertura mediática; e perceção dos grupos sobre benefícios e pressões. Sem estes indicadores, o discurso sobre impacto socioeconómico permanecerá genérico.

O retorno comunitário é condição de legitimidade. Se a valorização aumentar a visibilidade de Alenquer, os grupos devem beneficiar de apoio material e simbólico: aquisição de tintas e equipamentos, transporte, seguros, documentação, formação, arquivos, espaços de encontro, apoio a associações, bolsas para jovens investigadores locais e projetos escolares. A economia do património não deve extrair valor da comunidade; deve reinvesti-lo nela.

A literatura recente sobre turismo comunitário confirma que o retorno não é apenas financeiro. Mzembe et al. (2023) e Liorançaitė-Šukienė e Jurėnienė (2025) mostram que a sustentabilidade exige capacidade organizativa, reconhecimento institucional, participação deliberativa, transmissão de competências e mecanismos de partilha de benefícios. Baswarani e Novianto (2025) acrescentam que a consciência local da preservação pode ser decisiva para a continuidade do turismo patrimonial. Em termos práticos, isto implica que Alenquer deve assegurar que eventuais ganhos de visibilidade revertam em apoios aos grupos, formação de mediadores locais, arquivo comunitário, manutenção de materiais, seguros, transporte, documentação e iniciativas educativas com participação dos praticantes.

4.7. Pensamento Crítico: Património Vivo ou Recurso Capturado?

A análise crítica obriga a reconhecer uma ambivalência estrutural. O mesmo processo que protege pode capturar. A inventariação valoriza, mas também classifica. A candidatura internacional dá visibilidade, mas também cria expectativas externas. A comunicação digital preserva memórias, mas também expõe o íntimo. O turismo gera receita, mas também pressiona ritmos e sentidos. A autarquia apoia, mas pode institucionalizar. A investigação documenta, mas pode retirar conhecimento sem retorno.

Estas ambivalências não devem conduzir à rejeição da valorização patrimonial. Pelo contrário, devem tornar a valorização mais responsável. O património imaterial não sobrevive apenas porque é antigo; sobrevive porque continua a fazer sentido. Se o Pintar e Cantar dos Reis for tratado como objeto decorativo, perderá profundidade. Se for tratado como prática comunitária, poderá ganhar futuro.

O pensamento crítico também exige questionar a ideia de desenvolvimento. Desenvolvimento não pode significar apenas aumento de visitantes, notoriedade mediática ou entrada em listas. Deve significar melhores condições de vida, orgulho sem exclusão, aprendizagem, solidariedade, fortalecimento de redes locais, capacidade de decisão e sustentabilidade cultural. Um território desenvolve-se quando consegue transformar recursos simbólicos em bem comum sem destruir as relações que os produziram.

Neste sentido, o Pintar e Cantar dos Reis oferece a Alenquer uma oportunidade rara: construir uma política cultural enraizada, diferenciadora e eticamente exigente. A prática reúne elementos que muitas estratégias territoriais procuram artificialmente: singularidade, narrativa, calendário, participação, estética, emoção, memória e ligação ao lugar. O desafio é não desperdiçar esta força convertendo-a num produto simplificado.

4.8. Implicações para Políticas Públicas e Investigação Futura

A análise do Pintar e Cantar dos Reis sugere que as políticas públicas de património imaterial devem abandonar uma lógica episódica, centrada no momento festivo ou na candidatura, e adotar uma lógica de ciclo longo. A



prática acontece numa noite, mas a sua salvaguarda ocupa o ano inteiro. Há preparação, memória, aprendizagem, reparação de relações, compra de materiais, transmissão de repertórios, mediação com escolas, registo documental e debate sobre a relação com visitantes. Uma política madura deve apoiar estes processos invisíveis, porque é neles que a continuidade se decide. A noite de 5 para 6 de janeiro é a face pública de uma ecologia cultural mais extensa.

Em termos de investigação, a prioridade deve ser uma agenda colaborativa: entrevistas com praticantes, cartografia dos percursos, estudo comparado das variantes locais, inventário dos motivos visuais, análise das dinâmicas de género, levantamento de públicos e avaliação dos efeitos económicos indiretos. Esta agenda permitiria superar a dependência exclusiva de fontes institucionais e construir conhecimento situado, útil para a comunidade, para o município e para redes internacionais de salvaguarda (Carvalho, 2022; Czesznek et al., 2024; Património Cultural, s.d.; Tan et al., 2026; Tuménas, 2025).

Do ponto de vista municipal, o primeiro desafio é construir capacidade técnica sem burocratizar a prática. A existência de uma candidatura internacional pode aumentar a exigência documental, mas a documentação não deve transformar-se ~~em~~ em si mesma. O inventário, o arquivo digital, os vídeos, as fotografias e os relatórios devem servir os praticantes, os jovens e a comunidade científica. Devem também respeitar a pluralidade local. A manifestação não é homogénea: cada povoação conserva variantes, memórias, modos de cantar, formas de pintar e graus distintos de abertura. A política pública deve proteger esta diversidade interna, evitando criar uma versão oficial demasiado polida e, por isso, menos verdadeira.

Do ponto de vista económico, recomenda-se que Alenquer desenvolva uma cadeia curta de valor cultural. Isto significa ligar a prática a comércio local, restauração, alojamento, produção editorial, visitas interpretativas, oficinas, artes visuais, música tradicional, escolas e associações, mas sem retirar a centralidade aos grupos de reiseiros. A cadeia curta é preferível a modelos de exploração externa porque mantém maior parte do valor no território, reduz intermediações abusivas e reforça a perceção de que a cultura é bem comum. A criação de pequenos fundos de apoio, alimentados por receitas indiretas da programação cultural ou por parcerias responsáveis, poderia financiar materiais, transporte, investigação local e projetos de juventude.

Do ponto de vista estratégico, a cadeia curta de valor cultural deve ser acompanhada por instrumentos de monitorização. Ye et al. (2024) e Li e Du (2025) mostram que satisfação, perceção de valor, desempenho do destino e lealdade são variáveis relevantes para compreender a sustentabilidade turística. Ginting et al. (2024) e Pai et al. (2026) recordam, por sua vez, que a preservação cultural exige gestão continuada, envolvimento dos agentes locais e avaliação das práticas de conservação. Assim, recomenda-se que Alenquer combine indicadores culturais e turísticos: vitalidade dos grupos, aprendizagem intergeracional, número de oficinas, satisfação dos moradores, conduta dos visitantes, consumo em comércio local, procura por visitas interpretativas, impacto em alojamento e restauração e grau de retorno comunitário. Esta abordagem permitiria transformar a valorização da tradição numa política pública avaliável, e não apenas numa narrativa promocional.

A investigação futura deve passar da análise documental para a etnografia colaborativa. Seria indispensável ouvir apontadores, pintores, cantores, moradores, mulheres que ingressaram nos grupos, jovens aprendizes, dirigentes associativos, comerciantes e técnicos municipais. Importaria mapear repertórios, variantes melódicas, símbolos, trajetos, memórias familiares e mudanças ocorridas depois da inscrição nacional. Também seria relevante estudar o modo como os habitantes interpretam as pinturas nas suas casas e como distinguem valorização legítima de exposição excessiva. A academia deve entrar neste campo com humildade: não para explicar a comunidade a si própria, mas para construir conhecimento com ela.

Por fim, a política de salvaguarda deve assumir uma dimensão internacional sem perder escala local. A eventual inscrição na Lista Representativa da UNESCO poderia ampliar redes, atrair investigadores e fortalecer a reputação de Alenquer. Contudo, o reconhecimento internacional só será virtuoso se reforçar a capacidade comunitária. A melhor candidatura não é a que transforma uma tradição local num emblema abstracto; é a que



demonstra que uma prática enraizada pode dialogar com o mundo sem deixar de pertencer às suas ruas, casas e pessoas.

5. Considerações Finais

O Pintar e Cantar dos Reis em Alenquer é uma manifestação de património cultural imaterial de elevada densidade simbólica, social e territorial. A sua força reside na articulação entre canto e pintura, noite e casa, segredo e bênção, tradição religiosa e sociabilidade secularizada, memória e recriação. A prática demonstra que as culturas populares não são expressões menores, mas sistemas de conhecimento que organizam relações entre pessoas, espaços, tempos e valores.

A análise desenvolvida permite concluir que a manifestação cumpre plenamente os princípios contemporâneos do património vivo: é reconhecida por comunidades concretas, transmitida intergeracionalmente, recriada no tempo, associada a espaços e objetos específicos e produtora de identidade e continuidade (Direção-Geral do Património Cultural, 2021; Património Cultural, s.d.; UNESCO, 2003, 2025a). A inscrição no Inventário Nacional e a candidatura à Lista Representativa da UNESCO reforçam esta relevância, mas não garantem, por si só, a salvaguarda. O essencial continua a ser a prática anual, a aprendizagem entre gerações e a autoridade dos reiseiros.

Quanto ao desenvolvimento socioeconómico, o Pintar e Cantar dos Reis apresenta potencial significativo. Pode reforçar a atratividade turística de Alenquer, apoiar a economia local em época de forte simbolismo natalício, estimular produtos culturais, promover educação patrimonial, consolidar redes associativas e projetar internacionalmente uma imagem territorial diferenciada. Porém, esse potencial só se converterá em desenvolvimento sustentável se for acompanhado por governança participativa, indicadores de impacto, retorno comunitário e limites claros à turistificação.

A principal recomendação é que Alenquer consolide um plano integrado de salvaguarda e valorização, construído com os grupos de reiseiros. Esse plano deveria incluir: inventário atualizado por localidade; arquivo audiovisual controlado; oficinas intergeracionais; bolsas de transmissão; apoio financeiro aos grupos; código de conduta para visitantes; interpretação pública rigorosa; parcerias com escolas; indicadores de continuidade; e modelo de retorno económico comunitário. Tais medidas são coerentes com a Convenção de 2003, com a centralidade das comunidades patrimoniais defendida pela Convenção de Faro e com orientações recentes sobre cultura, desenvolvimento local, turismo sustentável e salvaguarda digital (Council of Europe, 2005; ICH NGO Forum, s.d.; OECD/ICOM, 2023; Tan et al., 2026; UNESCO, 2003; UNESCO, 2024a).

Por fim, importa afirmar uma ideia central: preservar o Pintar e Cantar dos Reis não é impedir a mudança, mas orientar a mudança para que a prática continue a pertencer às comunidades que a mantêm viva. A tradição não está apenas nos símbolos pintados nem nas melodias entoadas; está na forma como uma comunidade se reconhece, se visita, se escuta e se reinventa a cada Noite de Reis. É aí que reside o seu valor patrimonial, humano e territorial.

Referências

Baswarani, D. T., & Novianto, U. (2025). Community participation in sustainable cultural heritage tourism in the Braga Tourism Village. *ASEAN Journal on Hospitality and Tourism*, 23(2), 168–182. <https://doi.org/10.5614/ajht.2025.23.2.06>

Carvalho, A. (2022). Intangible cultural heritage and public policies in Portugal: An overview. In M. Konvit, F. T. Barata, A. F. Conde, & S. Bombico (Coords.), *Intangible cultural heritage and digital media: Portugal–Slovakia readings* (pp. 46–63). University of Évora; UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage. [https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/32368/1/Carvalho Intangible%20cultural%20heritage%20and%20public%20policies%20in%20Portugal 2022.pdf](https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/32368/1/Carvalho%20Intangible%20cultural%20heritage%20and%20public%20policies%20in%20Portugal%202022.pdf)



Cerquetti, M., Ferrara, C., Romagnoli, A., & Vagnarelli, G. (2022). Enhancing intangible cultural heritage for sustainable tourism development in rural areas: The case of the “Marche Food and Wine Memories” project (Italy). *Sustainability*, 14(24), Article 16893. <https://doi.org/10.3390/su142416893>

Council of Europe. (2005). *Council of Europe framework convention on the value of cultural heritage for society (Faro Convention)*. <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention>

Council of Europe. (2025, fevereiro 10). Cultural heritage as a tool for development of Europe’s communities and regions. <https://www.coe.int/en/web/congress/-/cultural-heritage-as-a-tool-for-development-of-europe-s-communities-and-regions>

Csesznek, C., Rățulea, G., Defta, M., Harabagiu, F.-M., & Sorea, D. (2024). The potential for sustainable local development through digital communication and digitization of intangible cultural heritage resources in Făgăraș Land, Romania. *Sustainability*, 16(4), Article 1532. <https://doi.org/10.3390/su16041532>

Cultural Heritage in Action. (s.d.). *About*. <https://culturalheritageinaction.eu/the-project/>

Direção-Geral do Património Cultural. (2021). Anúncio n.º 158/2021, de 16 de julho: Inscrição do «Pintar e Cantar dos Reis» no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. *Diário da República*, 2.ª série(137). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/anuncio/158-2021-167491814>

European Commission. (2024, novembro 26). Cultural heritage in regional policy. *Culture and Creativity*. <https://culture.ec.europa.eu/cultural-heritage/cultural-heritage-in-eu-policies/cultural-heritage-in-regional-policy>

European Commission. (2025a). Cultural heritage and cultural and creative industries (CCIs). *Research and Innovation*. https://research-and-innovation.ec.europa.eu/research-area/social-sciences-and-humanities/cultural-heritage-and-cultural-and-creative-industries-ccis_en

European Commission. (2025b). *Intangible cultural heritage, bridging the past, present, and future: Periodic reporting for period 1*. CORDIS. <https://cordis.europa.eu/project/id/101132719/reporting>

European Parliamentary Research Service. (2022). *Culture and regional development*. European Parliament. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/733600/EPRS_BRI\(2022\)733600_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/733600/EPRS_BRI(2022)733600_EN.pdf)

Ginting, N., Zahrah, W., Hamzah, A., Mohamed, B., Trombadore, A., & Damanik, U. (2024). Preserving cultural heritage: A case study of cultural tourism sustainability development in Girsang Sipangan Bolon, Indonesia. *GeoJournal of Tourism and Geosites*, 56(4), 1551–1563. <https://doi.org/10.30892/gtg.56412-1326>

ICH NGO Forum. (s.d.). *Web dossier on intangible cultural heritage and sustainable tourism*. <https://www.ichngoforum.org/web-dossier-on-intangible-cultural-heritage-and-sustainable-tourism/>

Li, H., & Du, Y. (2025). Sustainable cultural heritage tourism: An extended ECM analysis of destination performance on long-term tourist loyalty. *Sustainability*, 17(17), Article 7571. <https://doi.org/10.3390/su17177571>

Liorančaitė-Šukienė, A., & Jurėnienė, V. (2025). Heritage management models for sustainable community tourism development. *Tourism and Hospitality*, 6(2), Article 111. <https://doi.org/10.3390/tourhosp6020111>

LIVIND Project. (2024). *Living cultural heritage – A resource of creative solutions for a sustainable future: Policy brief*. https://livind.fi/wp-content/uploads/2024/12/LIVIND_PolicyBrief_A4_EN.pdf

Maldonado-Erazo, C. P., del Río-Rama, M. de la C., Andino-Peñafiel, E. E., & Álvarez-García, J. (2023). Social use through tourism of the intangible cultural heritage of the Amazonian Kichwa nationality. *Land*, 12(3), Article 554. <https://doi.org/10.3390/land12030554>



- Memoriamedia. (2016). *O pintar e cantar dos Reis no concelho de Alenquer*. <https://www.memoriamedia.net/index.php/o-pintar-e-cantar-dos-reis-em-alenquer>
- Mzembe, A. N., Koens, K., & Calvi, L. (2023). The institutional antecedents of sustainable development in cultural heritage tourism. *Sustainable Development*, 31(4), 2196–2211. <https://doi.org/10.1002/sd.2565>
- OECD. (2018). *Culture and local development*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/ae14fe7e-en>
- OECD/ICOM. (2023). *Cultura e desenvolvimento local: Maximizando o impacto: Um guia para governos locais, comunidades e museus*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/0136c5b7-pt>
- Pai, C.-H., Zhang, Y., Wang, Y.-L., Li, K., & Shang, Y. (2026). Current challenges and opportunities in cultural heritage preservation through sustainable tourism practices. *Current Issues in Tourism*, 29(5), 1016–1034. <https://doi.org/10.1080/13683500.2024.2443776>
- Património Cultural. (s.d.). *Pintar e cantar dos Reis: Ficha de património imaterial*. Matriz PCI — Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. <https://matrizpci.patrimoniocultural.gov.pt/InventarioNacional/DetalleFicha/539>
- Qiu, Q., Zuo, Y., & Zhang, M. (2022). Intangible cultural heritage in tourism: Research review and investigation of future agenda. *Land*, 11(1), Article 139. <https://doi.org/10.3390/land11010139>
- RHE Initiative. (2025). *Pintar e cantar dos Reis*. <https://www.rhe-initiative.pt/pintar-e-cantar-dos-reis>
- Sousa, F. C., & Silva, J. A. R. B. L. (2016). *O pintar e cantar dos Reis no concelho de Alenquer*. Memoriamedia. http://www.memoriamedia.net/bd_docs/Alenquer/Pintar_Reis/Pintar_e_Cantar_dos_Reis_em_Alenquer.pdf
- Tan, Y.-C., Yang, L.-H., & Wang, B. (2026). Community-engaged digital safeguarding of intangible cultural heritage: A review of methods and challenges. *npj Heritage Science*, 14, Article 184. <https://doi.org/10.1038/s40494-026-02458-y>
- Tumėnas, V. (2025). Challenges in the safeguarding of intangible cultural heritage in Lithuania. *Yearbook of Balkan and Baltic Studies*, 8, 137–168. <https://doi.org/10.7592/YBBS8.1.06138>
- Türker, A. (2026). A bibliometric analysis of research on intangible cultural heritage in the field of tourism. *Social Sciences & Humanities Open*, 13, Article 102405. <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2025.102405>
- UNESCO. (2003). *Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage*. <https://ich.unesco.org/en/convention>
- UNESCO. (2024a). *Basic texts of the 2003 Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage*. https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention_Basic_Texts_2024_version_EN.pdf
- UNESCO. (2024b, outubro 17). UNESCO helps future generations safeguard intangible heritage. <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-helps-future-generations-safeguard-intangible-heritage>
- UNESCO. (s.d.-a). *Sustainable development and living heritage*. <https://ich.unesco.org/en/sustainable-development-and-living-heritage>
- UNESCO. (s.d.-b). *What is intangible cultural heritage?* <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>
- Ye, J., Qin, Y., & Wu, H. (2024). Cultural heritage and sustainable tourism: Unveiling the positive correlations and economic impacts. *Current Psychology*, 43, 36393–36415. <https://doi.org/10.1007/s12144-024-07070-6>
- Zhang, S., Liang, J., Su, X., Chen, Y., & Wei, Q. (2023). Research on global cultural heritage tourism based on bibliometric analysis. *Heritage Science*, 11, Article 139. <https://doi.org/10.1186/s40494-023-00981-w>



Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a Declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.



Todo o conteúdo da *NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais* é licenciado sob [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.